

Desatinos fiscais

ESTADO DE SÃO PAULO



Abandonar a austeridade para influir na eleição é opção cada vez pior para o governo

Do ponto de vista dos cofres públicos e, portanto, do esforço de estabilização, o custo da mobilização do governo federal com as eleições municipais pode acabar sendo um pouco mais baixo do que se temia há poucas semanas. Examinados da perspectiva do Palácio do Planalto, os desdobramentos mais recentes da campanha eleitoral já permitem vislumbrar — 40 dias antes da abertura das urnas — um quadro surpreendentemente nítido de qual deverá ser o desfecho nas principais capitais. É claro que ainda é cedo para descartar surpresas em algumas das disputas, mas é inegável que as prévias vêm desenhando uma definição precoce da eleição para prefeito nessas capitais. Assim, abandonar o plano de jogo da estabilização para tentar influenciar o processo eleitoral vai se tornando uma opção cada vez menos racional.

É óbvio que o governo federal se preocupa com as eleições municipais como um todo, mas não esconde de ninguém que é na disputa pelas três maiores prefeituras do País, e especialmente na campanha paulistana, que concentra a sua atenção. Ainda que possa não ter abandonado completamente as esperanças, o governo vem encontrando dificuldades para não deixar transparecer que de fato acredita que a derrota do seu candi-

dato em São Paulo vai se tornando inevitável. Ao recorrer recentemente à máxima olímpica do barão de Coubertin para descrever como estava vendo a disputa eleitoral em São Paulo, o presidente deixou exposta a real extensão desta dificuldade.

No Rio, se houver segundo turno, as prévias indicam que o pleito será decidido entre dois candidatos comprometidos com o governo federal, ambos paladinos da reeleição. E, em Belo Horizonte, o candidato

do PSDB vem crescendo vertiginosamente nas pesquisas. Em outras capitais, o resultado mais provável nem sempre é favorável ao governo, mas em muitas delas, já a esta altura, parece irreversível. Se o governo ficar efetivamente convencido de que não tem muito mais a fazer para influenciar a disputa pela Prefeitura de São Paulo — a menos que esteja tentado a usar os recursos de que dispõe para escolher quem o derrotará —, talvez possa se dar ao luxo de encerrar antecipadamente a sua mobilização com as eleições municipais, pelo menos do ponto de vista da gestão da política econômica.

Nos últimos meses, vêm-se acumulando evidências de que a política econômica está fortemente influenciada pelas preocupações do governo com as eleições. No final de abril, em face da deterioração do quadro fiscal observado no ano passado e das difi-

culdades de fazer avançar as reformas no Congresso, o governo chegou a considerar a possibilidade de anunciar reajustes do salário mínimo e dos benefícios previdenciários menores do que os que afinal foram anunciados. Contudo, preocupações com as possíveis repercussões eleitorais levaram a que a idéia acabasse sendo bloqueada dentro da própria equipe econômica. O governo, na posição confortável de quem havia concedido um reajuste real do salário mínimo de quase 20% nos primeiros dez meses do Plano Real, perdeu uma excelente oportunidade de mostrar ao Congresso e ao País a extensão do seu compromisso com a melhora das contas públicas e de tornar o quadro fiscal bem menos preocupante do que hoje é.

A licença com o plano de jogo da estabilização atingiu um ponto crítico na semana passada, quando foi anunciada a ampliação dos benefícios do seguro-desemprego, com o intuito explícito de influenciar a campanha eleitoral na cidade de São Paulo. Procurando reduzir as apreensões com os efeitos fiscais da medida, o governo pareceu estar tentando vendê-la como um pequeno e relevável desatino. Alegou que a despesa adicional envolvida poderia ser absorvida sem maiores dificuldades, estimando que a ampliação do prazo do seguro-desemprego — circunscrita às principais áreas metropolitanas do País e com vigência restrita ao final deste ano — deverá levar a um aumento de gastos de cerca de R\$ 200 milhões. Mas há outros custos a ter-se em conta.

Por se tratar de um movimento exatamente na contramão do que se

faz necessário na área fiscal, a medida enfraquece a posição do governo, de defesa da austeridade, nas muitas e complexas negociações que vêm sendo travadas dentro do setor público. E, é claro, em dezembro, quando o prazo de vigência da medida chegar ao fim, não vai faltar quem proponha que a legislação seja modificada para que a ampliação provisória dos benefícios do seguro-desemprego se torne permanente (ou pelo menos seja prorrogada por um período bem mais longo) e estendida a outras regiões do País. Quando isso ocorrer, o que parece inevitável, que posição vai assumir o governo? É fácil perceber que, quatro meses depois de ter tentado mostrar-se tão convicto da urgência da ampliação dos benefícios, e com a opinião pública crescentemente sensível à questão do desemprego — na esteira do agravamento da violência urbana —, o governo vai ter de arcar com um alto custo político para evitar que os R\$ 200 milhões de despesa adicional com o seguro-desemprego deste ano sejam transformados em mais de R\$ 1 bilhão no ano que vem.

Espera-se que, pelo menos na área federal, a ampliação do prazo do seguro-desemprego tenha sido o último desatino fiscal ditado pelas eleições. Se neste final de mês a definição do quadro eleitoral das principais capitais continuar ganhando nitidez, o governo terá condições de, bem antes das eleições, voltar a concentrar sua atenção nas medidas de austeridade fiscal, que a cada dia se fazem mais necessárias.

■ Rogério Furquim Werneck é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.